Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)

Pedro C. Chadarevian¹

Resumo

O PCB, ativo participante no debate econômico brasileiro entre sua fundação em 1922 e 1964, tem uma contribuição pouco conhecida para a análise do problema racial. A partir de um levantamento junto a documentos, revistas e manifestações de economistas e intelectuais do partido, foi possível distinguir duas fases radicalmente opostas na abordagem comunista da questão. Em um primeiro momento, até meados dos anos 1930, o PCB nega a existência de um problema de desigualdade racial no país, posição que lhe custaria duras críticas por parte de Moscou. Em seguida, o partido esteve por vezes na vanguarda da crítica do racismo, apesar dos limites de seu quadro analítico para a leitura dos problemas econômicos do país de uma maneira geral.

Palavras-chave: comunismo, questão racial, pensamento econômico e social brasileiro.

1. Introdução

Que lugar ocupou a questão racial no debate econômico do desenvolvimento no Brasil? Se nos dedicássemos a ler apenas a contribuição de autores centrais do desenvolvimentismo que dominaram o debate no período 1945-1964, tais como Roberto Campos,

¹ Professor nos Cursos de Graduação e Mestrado em Economia da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. Graduação e Mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo; Doutorado em Economia pela Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle. E-mail: pedro-chadarevian@ufscar.br.

Celso Furtado ou Ignácio Rangel, seríamos levados a constatar a ausência completa de análise do fenômeno. Por outro lado, é certo que a versão sociológica do desenvolvimentismo – a sociologia da modernização – produziria uma extensa contribuição ao estudo das relações raciais no país². Esta visão, como veremos a seguir, teve uma influência determinante no período, ao colocar o preconceito como elemento indissociável do modo de funcionamento da sociedade brasileira.

Com este artigo, queremos chamar a atenção para o fato que um dos atores centrais do pensamento econômico daquele período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve uma participação política e teórica considerável nas discussões sobre o racismo no país. Contrariamente do que se supõe e do que se tem afirmado na literatura sobre o assunto³, o PCB possuía uma interpretação complexa e articulada da questão racial no Brasil. A gênese desta interpretação, sua evolução, seus equívocos e reviravoltas, serão o objeto de análise do presente artigo. É indiscutível que, à luz do pensamento dos autores comunistas, o discurso econômico que deriva do período evolui em relação ao racismo científico, paradigma que havia regido o debate até a II Guerra Mundial e cujo dogma justificava a pobreza negra sob o fundamento da inferioridade inata. Porém, – e esta é nossa hipótese central –, a fundamentação epistemológica que orienta o discurso e a prática do economista no período, conduz a uma concepção extremamente limitada do problema racial, condenando-a a uma prioridade de segunda ordem, e contribuindo, indiretamente, à manutenção das desigualdades raciais na economia.

A produção teórica do PCB tem sido classificada como a vertente socialista ou democrático-burguesa, dependendo do autor, do ciclo ideológico do desenvolvimentismo do pensamento econômico brasileiro (MANTEGA, 1991; BIELSHOWSKY, 2000). É fundamental

2 Veja-se, especialmente, Bastide e Fernandes (1955), Costa Pinto (1953) e Fernandes (1965).

3 Gevanilda dos Santos afirma por exemplo, em recente artigo, que o PCB “desconhece e, conseqüentemente, não debate as relações raciais” (IANNI *et al.*, 2005, p. 24)

tomar em conta este aspecto no momento de analisar a percepção do problema racial pelo PCB. Os teóricos e intelectuais do partido se inscreviam na linha interpretativa da modernização e do desenvolvimentismo, e é a partir desta maneira de encarar a realidade brasileira que deriva sua percepção do problema racial, sobretudo após a II Guerra Mundial.

É possível identificar duas fases distintas no tratamento dado pelo PCB à questão racial. Na primeira delas, entre 1922 e 1933, nota-se um profundo desinteresse pelo tema, e, ainda que se possa destacar uma visão crítica da questão indígena, as análises do partido tendiam a minimizar o racismo como um problema de relevo da nação brasileira. A partir de 1934, ocorre uma visível inflexão na linha teórica do PCB, que passa a criticar duramente a condição de negros e indígenas na sociedade brasileira.

Como veremos a seguir, esta inflexão ocorre fundamentalmente como resultado de uma reorientação em nível mundial dos partidos comunistas, por conta de novas diretrizes do *Comintern*, que radicaliza sua posição em relação às minorias oprimidas. No plano interno, o que pressiona a mudança na doutrina do partido é o surgimento de um movimento negro urbano organizado. Paralelamente, no debate acadêmico nacional, a obra de Gilberto Freyre acelera o fim da hegemonia no pensamento social das teses do racismo científico, na medida em que ele demonstra a influência determinante do negro e do indígena na formação cultural brasileira (FREYRE, 2003 [1933]). De qualquer maneira estas teses da inferioridade biológica e cultural do negro não foram influentes no PCB, apesar de terem influenciado diretamente os partidos comunistas dos países centrais (CHADAREVIAN, 2006).

Porém, é nítido que o quadro analítico utilizado no período não é capaz de dar conta da complexidade do fenômeno do racismo na sociedade brasileira. Um dos fatores que se tem atribuído à ausência de uma crítica marxista pertinente do racismo no Brasil na primeira metade do século, é a incapacidade inerente do quadro teórico marxista-leninista em articular exploração de classe à

opressão de raça⁴. Como veremos ao longo do texto, esta explicação não é suficiente. Procuraremos mostrar que a crítica deficiente ao problema racial por parte do PCB está relacionada à interpretação teórica do partido para a realidade econômica nacional em um país considerado semicolonial, independente politicamente, mas subordinado ao capital estadunidense e, no plano interno, a uma classe dominante agrária feudalista⁵. Como resultado, a economia do país se via presa a estruturas arcaicas, que impediam o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Na visão etapista da evolução do capitalismo própria ao marxismo-leninismo, isto significava que o Brasil ainda não havia realizado, à época, uma “revolução burguesa”, com a consequente modernização das relações salariais, da estrutura fundiária e do parque industrial⁶.

É no âmbito desta leitura particular da economia brasileira que deve ser compreendida a interpretação da questão racial pelo PCB entre 1922 e 1964. O racismo era visto, assim, como um elemento adicional que caracterizava a estrutura semifeudal prevalecente no país, na medida em que os trabalhadores negros e os indígenas estariam submetidos a um regime de trabalho arcaico, “escravista”, sem direito à terra nem à organização política.

Ainda assim, com todos esses problemas, a linha teórica do PCB não pode ser classificada como racista, como muitas o foram no período, inclusive no interior do movimento comunista internacional. Intelectuais negros militaram no PCB (como Edison Carneiro, Solano Trindade e Clóvis Moura), e outros tiveram posições de destaque na direção do partido, que lançou um candidato mestiço à presidência da República em 1930 (Minervino de Oliveira), elegeu o primeiro deputado federal negro do país em 1945 (Claudino Silva),

4 Esta é a crítica de um setor do movimento negro brasileiro, ao afirmar que “[O PCB] não podia admitir que os negros tivessem seus problemas específicos, suas reflexões autônomas, e suas lutas próprias dentro da sociedade brasileira”. (DO NASCIMENTO; DO NASCIMENTO, 2000, p. 211).

5 Esta tese perpassa todo o período que analisamos, sobretudo a partir de 1928, após resolução do VI Congresso da IC. Ver Gorender (1987, p. 30).

6 Sobre este ponto, consultar Mantega (1991).

e teve um mulato em sua executiva central nos anos cinquenta e sessenta (CARLOS MARIGHELLA).

2. Os primórdios do PCB e a negação do problema do negro

Os dez primeiros anos de existência do PCB se caracterizaram por um período de lutas ideológicas internas, contra as correntes anarquistas, e por uma fraca produção teórica. Com relação à sua posição diante dos grupos subordinados da sociedade, o destaque fica por conta dos trabalhos realizados sobre a questão da mulher e dos imigrantes (que representavam cerca de 1/3 dos militantes comunistas nos anos vinte).

A primeira manifestação do PCB sobre a questão do negro que pudemos levantar data de 1923, ou seja, o ano seguinte à sua fundação. No documento, o partido responde ao questionamento de Moscou, que parecia interessado em conhecer melhor a situação racial brasileira, ao que Octávio Brandão, um dos líderes do partido à época, responde taxativamente que há negros no Brasil, mas *“não há no Brasil uma questão negra”* (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1923).

Durante toda a década de vinte o PCB foi, na verdade, pouco ativo, o que pode ser constatado pelo baixo número de publicações teóricas comunistas. As teses de Brandão, publicadas em 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer, eram a única referência teórica para a interpretação comunista da realidade nacional no período. O esquema analítico desta fase sustenta que o Brasil é um país feudal, dependente da economia cafeeira que reprime o desenvolvimento de uma burguesia industrial⁷. Mas, para o autor, na transição do regime feudal, em que se encontravam os países latino-americanos, para o capitalismo, o elemento indígena do altiplano era considerado como uma “vasta reserva de energias revolucionárias” (MAYER, 1982 [1926], p. 263).

7 “O industrialismo despedaçará o feudalismo. E o comunismo despedaçará o industrialismo burguês.” (MAYER, 1982, p. 263).

De fato, no que concerne o problema racial brasileiro, as análises do partido irão privilegiar neste período a situação dos indígenas no país. Assim, em relatório enviado à Internacional Comunista por ocasião do VI Congresso (1928), nota-se que é dado um maior destaque às difíceis situações a que estavam submetidos os índios. Os negros, por sua vez, segundo esta análise, representariam uma minoria de menos de 10% da população, que era composta, em sua maioria, por mestiços. O que não significa que não se tivesse consciência, já à época, do lugar privilegiado que tinha o branco na sociedade brasileira⁸. Mas não há menção ao racismo como o fenômeno na base desta predominância branca no topo da pirâmide social brasileira. Pelo contrário. Segundo relatos, os delegados do Brasil presentes no VI Congresso teriam negado “categoricamente o problema das raças” em seu país (SECCIÓN SURAMERICANA DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1929, p. 301).

Em 1929 realiza-se em Buenos Aires a I Conferência Comunista Latino-Americana, organizada pela IC. Na abertura da seção sobre o problema racial, que foi presidida por um delegado brasileiro, é feita uma extensa análise resumindo a situação demográfica, social e econômica de indígenas e negros na América Latina. De acordo com esta visão, que reproduz em linhas gerais o argumento de Mariátegui (2002 [1928]), o problema racial estaria associado ao sistema feudal que dominava as relações de produção. Os delegados brasileiros, por sua vez, apontam para o elevado grau de mestiçagem e da tendência de branqueamento da população brasileira, além do importante número de não brancos ocupando cargos importantes na burguesia. Razões que os levam a concluir que não há preconceito racial no Brasil, e que o problema do negro seria de classe, e não de raça:

A situação dos negros no Brasil não é de natureza tal como para exigir que nosso Partido organize campanhas reivindicativas para

8 “Econômica e politicamente a raça branca tem o predomínio. A burguesia se compõe de brancos ou mestiços. Os negros e os índios são muito raros na burguesia” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1928).

os negros, com palavras de ordem especiais. O cruzamento [racial] se faz cada dia mais intensamente, produzindo tipos cada vez mais claros já que não vêm ao país há mais de meio século imigrantes negros [sic]. (...) o Partido [Comunista Brasileiro] deve combater [o preconceito de cor] no momento em que ele apareça, mas é desnecessária uma ação permanente e sistemática, dado que muito raramente ele se manifesta (SECCIÓN SURAMERICANA DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1929, p. 271 e 297).

Apesar das críticas que recebe nos debates sobre este posicionamento, o PCB continuaria ignorando o problema do negro e dando maior destaque à condição dos indígenas. É o que mostra uma publicação de 1929, na qual um representante do partido analisa longamente a situação dos indígenas no Brasil, criticando as políticas do Estado que visavam à sua integração à civilização ocidental e destacando o papel de vanguarda do PCB na questão.

(...) existe atualmente no Brasil uma importante população indígena que merece toda a atenção da vanguarda revolucionária do proletariado. (...) O Partido Comunista deve prestar atenção a este problema, como é sua obrigação. Apenas a vanguarda revolucionária do proletariado poderá propagar o protesto de nossos infelizes irmãos selvagens que são exterminados lentamente. Como o proletariado, a população indígena sofre explorada e oprimida as consequências da “civilização” capitalista (SILVA, 1929).

Ainda que não se possa deixar de relatar o esforço, é evidente que a posição que deixam transparecer os principais documentos da época é de forte influência da ideologia da democracia racial, sobretudo em relação à condição dos negros. Diversas razões podem estar por trás da maneira equivocada como o PCB trata a questão no período. Dentre elas, podemos citar a composição social de sua elite dirigente, como pouco espaço para os negros e mestiços (como aponta Rodrigues, 1981), e a debilidade do movimento negro no país até então.

O golpe final que viria a provocar a mudança na orientação do PCB diante da questão racial é uma série de críticas realizadas

pelo executivo central da IC a partir de 1930. Assim, em fevereiro daquele ano, é prescrita uma resolução sobre o Brasil, em reunião extraordinária da IC, na qual critica-se de forma contundente a falha na aproximação com o segmento camponês da classe trabalhadora, bem como a influência da ideologia burguesa no partido. Dentre as tarefas imediatas exigidas ao PCB em 1930, como é possível ver abaixo, destacava-se a questão racial:

O PC do Brasil não será capaz de liderar as massas de trabalhadores e camponeses nas futuras lutas revolucionárias a menos que combata continuamente toda forma de tendência liquidacionista que ameaça destruir completamente ou deteriorar seu papel revolucionário. *Um trabalho sistemático e sério entre os imigrantes e igualmente entre as raças oprimidas* (Negros e Indígenas) também dará uma oportunidade ao Partido de aumentar e estender sua influência entre as massas (SECRETARIADO POLÍTICO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1930).

Pouco tempo depois, em 1931, Moscou envia ao PCB um questionário pedindo informações sobre a situação dos negros no Brasil, por intermédio de Brandão (vivendo à época na URSS), cujas questões deveriam servir de orientação para a formulação de uma nova política para os negros brasileiros. O questionário, composto de vinte itens, visava desenhar um amplo quadro demográfico, histórico, político e socioeconômico dos negros no Brasil. Em algumas das questões é possível observar o tipo de resposta que se esperava, como quando se pergunta sobre as “manifestações escravagistas das classes dominantes contra os negros”, ou “as formas de exploração dos trabalhadores negros pelos trabalhadores brancos” (BRANDÃO, 1931). No primeiro caso, há uma clara indicação do mecanismo explicativo do racismo como um fenômeno derivado das estruturas semifeudais da economia brasileira; no segundo caso, a preocupação é com a consequência política do racismo, que poderia causar uma divisão no interior da classe trabalhadora.

O impacto da série de críticas que o partido recebeu não se faria tardar. A partir de então é possível notar uma clara inflexão, com relação ao primeiro período, tanto no trabalho político

quanto no tratamento teórico da questão racial por parte do PCB. Não havia mais lugar para a negação do racismo, e há mesmo uma tentativa de aproximação como o movimento negro. Surgem, enfim, no período subsequente, os primeiros esboços de uma crítica marxista do problema racial brasileiro.

3. O PCB e a crítica do racismo

Paralelamente ao desenvolvimento de uma abordagem crítica do problema racial por parte do PCB, e em especial da questão negra, observa-se o fortalecimento e a consolidação de um movimento negro de expressão nacional a partir dos anos trinta. Assim, em 1931 é fundada a Frente Negra Brasileira (FNB), organização que teria reunido cerca de 70 mil militantes em todo o país. Sua orientação ideológica se destacava pelo nacionalismo negro, e ainda que essencialmente refratária aos ideais comunistas⁹, a presença de um segmento minoritário socialista parece ter permitido, como veremos, um certo intercâmbio ideológico entre comunismo e nacionalismo negro no país nesse período. De qualquer forma, a FNB se destacou, sobretudo, por trazer, pela primeira vez à cena política nacional, reivindicações específicas da população negra brasileira, como a valorização cultural do negro brasileiro, a luta por maior participação política e o combate à discriminação racial no meio social e no mundo do trabalho.

A IC tomava em consideração o crescimento do protesto negro politicamente organizado no Brasil, como revela um documento da época¹⁰ e, já a partir de 1934, o PCB tenta uma aproximação

9 Em artigo publicado naquele que se tornaria o órgão de imprensa da FNB, no final dos anos 1920, em uma das raras referências ao tema, é possível ler que “o comunismo é uma coisa inventada por brancos, logo não pode entrar no grande problema da raça negra” (O CLARIM D'ALVORADA, 1928).

10 “Os negros reforçam a sua Frente Negra e sua Legião, para “exigir igualdade de direitos”, “defesa da raça”, apresentando um candidato à Constituinte e criando uma “ala socialista” na Frente Negra” (BUREAU SUL-AMERICANO DA IC, 1934, p. 7).

com os “frente-negristas”. Em panfleto deste mesmo ano, os comunistas brasileiros dirigem-se especificamente aos trabalhadores negros e os conclamam a conquistar a direção da FNB, unindo-se aos brancos na luta contra o imperialismo e contra a feudal-burguesia que os mantinha como “escravos”. Deste documento, há três elementos que merecem destaque por revelar o esforço de atração de negros para o movimento comunista, adotando bandeiras típicas do nacionalismo negro: a crítica do “13 de maio”, a refutação das teses do racismo científico e a menção aos valores específicos da cultura negra (como a religião afro-brasileira). Por outro lado, observa-se que a análise feita é fruto de uma reflexão mais aprofundada da situação do negro na sociedade brasileira, na qual se considera a opressão racial como uma forma específica de exploração econômica¹¹.

Ainda naquele ano de 34, em sua I Conferência Nacional, o PCB reforçaria este argumento, caracterizando novamente a opressão racial como um fenômeno social específico:

No odioso regime em que vivemos, vós [negros e índios] sofreis duplamente a opressão e a exploração: como classe e como nacionalidades escravizadas. Estribando-se no conceito escravocrata de raças “inferiores” e raças “superiores”, as camarilhas dominantes aproveitam-no para vos explorar, perseguir e maltratar ainda mais. Todos os direitos políticos, econômicos, culturais e sociais vos são negados e usurpados. Vossas terras vos são roubadas. Vos pagam os menores salários. Vos impõem toda a sorte de humilhações (...) (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1934).

De acordo com o esquema analítico do marxismo-leninismo desse período, o reconhecimento da especificidade cultural dos

11 “As massas negras do Brasil e de todo o mundo são as mais exploradas e oprimidas. Seus salários são os mais miseráveis, as condições de trabalho as mais penosas! E, além disso, os negros são tratados como raça inferior e desprezíveis devido ao preconceito de cor criado e alimentado pelo imperialismo para, desse modo, tirar maior proveito econômico”(SOCORRO VERMELHO DO BRASIL, c. 1934). (O panfleto data muito provavelmente de 1934, dadas as menções no texto a Goes Monteiro, Ministro da Guerra entre 34 e 35, e à Assembleia Constituinte, reunida de novembro de 33 a julho de 34).

povos oprimidos deveria ser acompanhado, no plano político, pela adoção do discurso em prol de sua autodeterminação. A resolução do apoio ao direito de autodeterminação de negros, indígenas e outras minorias da América Latina é uma decisão da conferência de Buenos Aires de 1929, reforçada nos debates na IC nos anos seguintes, e adotada em diversos países da região, como Colômbia (PARTIDO COMUNISTA DE COLÔMBIA, 1960), Cuba (SERNAT, 1986, p. 117) e Argentina (RAMOS, 1962, p. 93-4). No Brasil não foi diferente, e essa diretriz da IC passaria a ser aplicada para negros, índios e até nordestinos durante os anos trinta¹².

O elemento que melhor demonstra esta guinada radical do PCB em relação à questão racial é a análise feita por Edison Carneiro no I Congresso Afro-brasileiro, em 1934. Carneiro, destacado antropólogo, e militante comunista, apresenta na ocasião aquela que pode ser considerada a primeira análise marxista da questão negra no Brasil. Sua intervenção no Congresso começa com uma crítica do processo de abolição da escravatura, relacionada, segundo ele, à “necessidade do trabalho assalariado, que produz mais-valia absoluta, e onde a exploração do trabalhador pode ser levada ao extremo (...)” (CARNEIRO, 1988 [1935], p. 237)¹³. No novo regime, salarial, os negros continuam sendo escravos, agora do capitalismo, e sofrem a “opressão racial dos homens brancos”. Os fatores desta opressão têm uma origem tanto interna quanto externa. O raciocínio acima demonstra que o autor estava bem informado sobre a política comunista para a questão negra, e chega mesmo a afirmar que a luta do negro é ao lado do operariado, e, mais especificamente, no PCB, que vinha, segundo ele, recebendo grandes contingentes de negros à época. No final da intervenção, o autor aponta o papel progressista dos comunistas para a questão negra,

12 As referências ao direito de autodeterminação e de formação de um governo próprio para as “nacionalidades oprimidas” do Brasil, todas de 1934, aparecem no panfleto do Socorro Vermelho supracitado, e no manifesto da I Conferência do PCB, ou ainda no jornal do partido, *A Classe Operária*, de 23/08/1934 (citado CARONE, 1982, p. 156).

13 Neste mesmo ano, Leôncio Basbaum, afastado temporariamente do PCB, escreve, sob o pseudônimo de Augusto Machado, um livro no qual apresenta uma crítica do problema racial brasileiro, e defende a autodeterminação para as populações negras (MACHADO, 1934).

mencionando sua defesa ao direito de autodeterminação, e conclui afirmando que o socialismo é a melhor solução para ultrapassar o racismo¹⁴.

No ano seguinte, em 1935, a organização da Internacional Comunista decide alterar sua estratégia e define uma nova política internacional, pregando a realização de frentes populares, em uma ampla união de diferentes setores da sociedade, com o objetivo de lutar contra o fascismo e a guerra. Assim, cria-se no Brasil, neste mesmo ano, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a liderança do PCB. A questão racial continuaria presente, e o programa da ANL faz da luta contra os “privilégios” de cor, raça e nacionalidade um de seus objetivos. Contudo, a análise do racismo não possui mais o caráter radical que vinha tendo em anos anteriores, e abandona-se, por exemplo, a menção ao direito de autodeterminação. Além disso, como fica claro no trecho que destacamos abaixo, abrandando-se a necessidade de uma solução socialista para superar o racismo:

Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas das Palmares, porque *só a ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça*, de cor ou de nacionalidade, e de dar aos pretos no Brasil a imensa perspectiva da liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos (PRESTES, 1935).

O Comintern não parecia, porém, muito satisfeito com os esforços realizados pelos comunistas brasileiros na análise da questão racial, e novas críticas ao partido e sua atuação em face das “minorias” surgiram nos debates do VII Congresso reunido em Moscou em 1935 (CORTEZ, 1996 [1934]).

14 “A solução do problema do negro] não cabe nos quadros da sociedade burguesa, atualmente dominante no Brasil. Somente a sociedade comunista, que reconhece às raças oprimidas até mesmo o direito de se organizarem em Estado independente, conseguirá realizá-la, abolindo a propriedade privada e acabando, de uma vez por todas, com a exploração do homem pelo homem” (CARNEIRO, 1988 [1935], p. 241).

Desta vez, o PCB não teria tempo para reagir às críticas. Com o fracasso do levante comunista de novembro de 1935, a consequente prisão de milhares de militantes da ANL, e a implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945) por Getúlio Vargas, o PCB praticamente desaparece da cena nacional por um período de dez anos. Uma importante exceção é a atividade registrada no Nordeste do país, com a criação, por iniciativa comunista, das Ligas Camponesas, em 1940, bem como a atuação da chamada “célula baiana” durante a ditadura. E é justamente com lideranças comunistas formadas na Bahia – como Jacob Gorender, Diógenes Arruda, Carlos Marighella, Elias Chaves Neto, Rui Facó e Jorge Amado – que o PCB volta à ativa no pós-guerra e dá início a sua fase mais produtiva, tanto em termos políticos, quanto teóricos, ao tornar-se, por fim, um “partido de massa”¹⁵.

4. O PCB e o “problema do negro” na ditadura do Estado Novo

Diversas são as análises que destacam a atividade política e teórica de um PCB clandestino em Salvador no período extremamente repressivo que marcaria a ditadura varguista (1937-1945) (DULLES, 1983; FALCÃO, 2000; SENA JÚNIOR, 2005). A capital baiana havia sido relativamente poupada da onda de prisões que atingiu lideranças da executiva do partido e de militantes comunistas ocorrida entre 1935 e 1940. O PCB, com seu comando central esfacelado, decide aproveitar esta oportunidade para manter vivo, ainda que de maneira velada, o debate em torno das políticas comunistas, notadamente o apoio à URSS e à luta antifascista.

A publicação comunista de maior expressão no período do Estado Novo, a revista *Seiva*, foi fundada em Salvador, em 1938, com uma fachada de revista literária e sob a direção de estudantes

¹⁵ Segundo a expressão de Carone (1982).

universitários baianos, simpáticos à causa do partido. O papel de destaque de *Seiva* não se reduziu, contudo, a uma análise progressista da situação política internacional, ou ao caráter de vanguarda de suas páginas culturais; o problema racial também foi objeto de análise. Em um número de 1939, inteiramente “dedicado ao Negro”, diversos autores ressaltam a sua contribuição cultural para o país, em termos musicais, religiosos e literários. Três artigos merecem atenção especial, por procurar abordar criticamente o problema racial no país.

No primeiro deles, um dos editorialistas da publicação sustenta que a abolição da escravidão não havia sido completada, na medida em que sobreviviam formas de servidão por dívida e jornadas estafantes de trabalho. Como resultado, o autor avalia que, apesar de abolida a escravidão, na Bahia o “trabalhador livre é escravo da sociedade em que vive”, apenas “mudou de senhor” (NOGUEIRA, 1939).

Mais adiante, é da pena de um militante da Frente Negra Brasileira que surge uma crítica ácida da discriminação no mercado de trabalho, o que é mais uma demonstração da manutenção de uma relação de proximidade do comunismo brasileiro com o movimento negro:

Todas as tentativas do negro no sentido de procurar subir na vida esbarram, preliminarmente, nesse fato [o preconceito]. (...) Nas repartições públicas, no comércio, o negro é sempre o servente, o encerador, o entregador de correspondência, o rapaz que leva o café (GÓES, 1939).

Leôncio Basbaum publica, sob pseudônimo de Luiz Bastos, um terceiro artigo de destaque sobre o problema racial neste número de *Seiva*. O autor desfere uma severa crítica aos estudos das relações raciais no Brasil (à época, também conhecidos como “afrologia”), considerando que, dado o seu caráter subjetivo, não permitia uma compreensão aprofundada do problema do negro. Para tanto, era necessário colocar o preconceito no centro da análise:

Quarenta anos depois da sua emancipação o negro não passou ainda do miserável habitante das favelas, do trabalhador braçal, do soldado-raso e do fetichismo. Por quê? Porque ainda existe o preconceito do branco contra o negro (...). Não é raro verificar que o trabalhador negro, executando o mesmo trabalho que um branco, ganha menos. Enquanto este pode subir de nível, passar a gerente ou qualquer coisa parecida, o negro nunca pode ser estimulado por essa esperança, por mais inteligente que seja (BASTOS, 1939).

Mas Basbaum, para quem a superação do racismo estava no estabelecimento de políticas para reerguer o negro e combater o preconceito, não se limita à constatação da condição do negro no mercado de trabalho, e avança uma hipótese para explicar a manutenção das desigualdades raciais:

Quem alimenta e espalha esse preconceito? Para descobri-lo basta atentar nas suas principais consequências: 1º - a criação de um exército de homens afastados dos trabalhos mais leves, obrigados a procurar os trabalhos mais pesados e repugnantes e mal pagos; 2º - divisão nas camadas proletárias (BASTOS, 1939).

Vale a pena ressaltar o caráter precursor da abordagem de Basbaum, tanto no que diz respeito ao debate existente no PCB – era a primeira vez que uma revista do partido publicava uma tentativa de análise mais aprofundada do racismo –, quanto em relação ao contexto político e ideológico no país – a aproximação do Estado Novo com o fascismo havia permitido uma proliferação de análises abertamente racistas da questão negra por parte de apoiadores do regime.

O sucesso desta análise de Basbaum entre os meios nacionalistas negros pode ainda ser constatado pela reprodução deste mesmo artigo alguns meses depois n'O *Clarim d'Alvorada*, jornal da FNB (BASTOS, 1940).

5. A análise da questão racial na obra teórica do partido

O escravo, pilar fundamental da economia brasileira até o final do século XIX, aparece em diversas ocasiões nas análises dos teóricos do PCB. Alguns dos autores em questão o consideram,

contudo, como um agente meramente passivo na evolução política e econômica daquele século que assiste a duas mudanças de regime, em 1822 e em 1889. É nítido, por exemplo, como Caio Prado Jr. afasta-se de sua perspectiva materialista dialética da história do povoamento no Brasil em seu capítulo “Raças”, adotando, em certa medida, uma visão estereotipada da formação étnica da população brasileira:

Mais que qualquer lei ou sistema de civilização, contribuiu para a absorção da população indígena que habitava o território brasileiro antes da vinda do colono branco, ou pelo menos de parte dela que não foi pequena, o cruzamento das raças. E também, mais que qualquer providência oficial, agiu para este fim como no caso paralelo e análogo do negro, o impulso fisiológico dos indivíduos de *uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa* (PRADO JR., 1992 [1942], p. 98).

Entretanto, para Caio Prado, não era apenas no processo de miscigenação que o negro e o indígena assumiam um papel submisso, mas também, e, sobretudo, no contexto político da colônia e do Império. E isto era válido principalmente para a massa de escravos, que teria aceitado, na maior parte do tempo, a dominação sem oferecer resistência (PRADO JR., 1992 [1942], p. 106). Em um outro momento de sua obra, o autor voltaria à questão, agora de forma mais detalhada, buscando explicar a aceitação pacífica da escravidão e o suposto caráter apático do escravo para a luta social, inclusive durante a abolição, com um argumento típico do determinismo cultural e racial:

Não esqueçamos que o escravo brasileiro era em regra o africano boçal recrutado entre as nações de mais baixo nível cultural do continente negro. Os povos mais cultos são os do Sudão, isto é, de regiões situadas ao norte do Equador onde o tráfico se proibira desde 1815 (PRADO JR., 1959 [1945], p. 180, n. 55).

De acordo com Sodré, o papel marginal do negro na história política brasileira se deveria à falta de consciência política do negro atribuída a sua condição de escravo – o que explicaria, segundo ele, a liderança da classe média branca nos movimentos de emancipação daquele período (SODRÉ, 1963, p. 25). Esta insistência em enxergar

o negro como um ator secundário nos acontecimentos políticos do país, sobretudo em relação à posição social no sistema escravista, encontrou pouca resistência interna no partido. Uma exceção, que se deve destacar, é o trabalho do baiano Clóvis Moura, que publica artigos nas revistas teóricas do PCB, destacando a importância da organização dos negros em quilombos como forma de resistência cultural e política à escravidão¹⁶. Contudo, o essencial da obra de Moura se desenvolveria após o seu rompimento com o partido. Uma das explicações para isto é a relatada resistência da executiva do partido em publicar a obra-prima de Moura sobre a escravidão, originalmente escrita no final dos anos 1940 (MOURA, 1988 [1959]), sob pretexto da falta de interesse por um assunto específico sem relação com “os grandes problemas da miséria e da exploração”¹⁷.

Desse mesmo período, podemos citar ainda a sobrevivência de uma análise mais radical da transição para o regime assalariado no Brasil em um diário comunista de Salvador, certamente sob influência da reflexão crítica do período do Estado Novo. Em um de seus artigos, analisa-se a libertação dos escravos não como um ato de benevolência do Império, mas sim como o resultado de lutas de negros e do movimento abolicionista. Critica-se, além disso, a manutenção de uma estrutura econômica que mantém o negro em uma posição subjugada:

(...) a grande verdade é que, vitoriosa legalmente a Abolição, não se deu uma verdadeira modificação nas relações de produção no campo, e a prova disso é que, ainda hoje, existem, formando a base da economia nacional, os restos feudais na agricultura, responsáveis pelo atraso em que nos encontramos. A propriedade continua a ser o latifúndio, e o camponês, na prática, em grande maioria, continua a ser submetido ao mesmo regime escravo.¹⁸

16 Diversos artigos sobre os quilombos são publicados na revista Estudos Sociais, dirigida pelo PCB, nos anos cinquenta.

17 Carta de Caio Prado Jr. a Clóvis Moura de 8/03/1949, transcrita por Mario Maestri, “Filhos de Cam, filhos do cão: o trabalhador escravizado na historiografia brasileira”, in: Luiz Sávio Almeida, *O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*, EdUFAL, Maceió, 2003.

18 “A libertação dos escravos”, *O Momento. Diário do Povo*, Salvador, 13/05/1948. O mesmo jornal estamparia, no dia seguinte, em sua manchete principal: “A abolição foi uma conquista dos negros oprimidos”, *O Momento. Diário do Povo*, 14/05/1948.

Como se vê, a leitura do problema racial está agora limitada aos preceitos teóricos do marxismo-leninismo revisados por Stalin. O reconhecimento do problema racial não é mais explícito como antes, e a sua superação não necessita uma ação específica, mas simplesmente a “liquidação dos restos feudais” no latifúndio os quais “alimentam a exploração que nos submete ao imperialismo ianque” (O Momento, 14/051948).

Assim, os autores comunistas consideram o período que marca a transição do regime escravocrata para o trabalho livre como a transformação da mão de obra escrava em um regime de servidão, característico de países semifeudais. Neste novo contexto, a maioria dos negros formaria o principal contingente do campesinato, enquanto que, nas cidades, engrossariam as massas de desempregados (SODRÉ, 1964 [1962], p. 253)¹⁹. Ou seja, segundo a visão comunista de evolução etapista da economia, o negro egresso da escravidão não se transforma diretamente em um trabalhador, mas sim em uma espécie de servo, o que explicaria sua condição subordinada na economia brasileira:

A massa de escravos evoluirá, lentamente é verdade, para a servidão e para o salariado, muito mais para a primeira situação do que para a segunda. E são as condições que dificultam a passagem do escravo a assalariado que, disfarçada sob vários preconceitos – preguiça do negro, sua falta de iniciativa, seu pendor predatório – impulsionam as tentativas de imigração e fazem com que os particulares e o governo encarem a solução de importar trabalho livre (SODRÉ, 1964, p. 73).

Este é, ao lado do imperialismo, o principal problema sobre o qual se debruçam os pensadores comunistas daquela época, ou seja, a caracterização do estágio de desenvolvimento das forças produtivas do país como predominantemente feudal. Se os escravos e demais trabalhadores livres viriam a formar os servos e semisservos da era republicana, os senhores de escravos

19 Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1964[1962], p. 253.

continuariam a manter seu poder político e econômico, agora transformados em senhores feudais latifundiários (GORENDER, 1948). Na verdade, pela ótica do PCB, a transição para o regime de trabalho livre representa menos uma transformação social e econômica que uma transformação jurídica na condição dos negros egressos da escravidão.

A ideia de enxergar o ex-escravo como pouco capacitado por razões históricas ou culturais ao regime de trabalho livre parece bem arraigada na avaliação comunista. Nas zonas industrializadas no sudeste, a forte participação de trabalhadores imigrantes é explicada por Prado Jr. pela incapacidade do negro, com baixo nível cultural, em assumir tarefas complexas, resignando-se às novas formas de dominação feudal no campo (PRADO JR., 1959 [1945], p. 255-6). Sodré aponta o despreparo dos negros como um dos motivos, ao lado do preconceito racial, para o estímulo dado à imigração após a abolição da escravatura (SODRÉ, 1964 [1962], p. 248-9). Prado Jr. defende, por sua vez, a superioridade técnica do imigrante europeu²⁰.

Caio Prado Jr., dentre os teóricos centrais do partido, é quem pela primeira vez incorpora a uma análise marxista aprofundada da economia brasileira o problema do negro. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* o autor esboça uma rápida consideração sobre o racismo, e surge então um quadro analítico da questão racial que seria sempre influente entre os comunistas brasileiros, o da prevalência das relações de classe sobre as relações de raça.

A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos (PRADO JR., 1992 [1942], p. 109).

20 "A imigração concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estados similares" (PRADO JR., 1959 [1945], p. 266).

Esta visão determinística, que tende a reduzir a opressão racial a uma opressão de classe, alvo de inúmeras críticas por parte de Moscou, como vimos na seção anterior, foi, de certa forma, abrandada na análise realizada por Sodré alguns anos mais tarde. Diferentemente de Prado Jr., Sodré coloca a questão do negro na sociedade brasileira contemporânea como objeto central de toda uma seção – a última – da *Introdução à Revolução Brasileira*.

O autor apresenta o Brasil como uma sociedade racialmente hierarquizada, adotando, desde o início, uma posição muito mais radical que a de seu companheiro Caio Prado. O preconceito racial prevalece no país, pois funciona, segundo Sodré, como uma forma de defesa da classe dominante branca para manter sua posição na sociedade. O “rótulo da cor” é o elemento chave para se compreender como a sociedade subordina os negros, segundo Sodré, que reproduz estereótipos negativos dificultando a sua ascensão social. O autor não é muito claro, entretanto, quando tenta desvendar os mecanismos pelos quais operam os preconceitos (“mais velados que ostensivos”) ²¹.

Em outro ponto de sua análise, Sodré se distancia novamente da visão de Prado Jr. – que toma, como vimos, o fenômeno da miscigenação sem a devida crítica –, para adotar uma posição radicalmente oposta aos argumentos que o Brasil mestiço caracterizaria uma democracia racial:

A característica de diferenciação de classe entre os componentes do cruzamento [pai branco proprietário, mãe negra escrava] é transparente no panorama dos preconceitos de restrição e de tolerância da sociedade brasileira (...). Afirmar, pois, que a miscigenação suavizou as relações de raça e de classe no Brasil, é uma falsidade transparente sem nenhuma significação objetiva (SODRÉ, 1958, p. 245).

Um último aspecto que cabe destacar na análise de Sodré é como o autor vislumbra a sua solução do problema racial no país.

21 O mecanismo analítico que utiliza Sodré, o “rótulo da cor”, parece inspirado do conceito de “preconceito de marca”, de Nogueira (1998 [1951]).

O preconceito, na ótica dos autores comunistas, era entendido como um fenômeno herdado do passado escravista e colonial do país, cujas estruturas e ideologia eram ainda predominantes. Uma primeira etapa importante para vencê-lo seria, portanto, a realização de uma revolução burguesa democrática, substituindo de vez a classe dominante feudalista latifundiária por outra, nacional e industrialista. Nesta nova etapa, que futuramente criaria as condições para uma revolução socialista, não sobraria espaço para o racismo (SODRÉ, 1958, p. 256-7).

Exemplo raro de uma leitura do problema racial livre dos dogmas teóricos do PCB é a análise, ainda que breve, realizada alguns anos depois por Rui Facó, teórico comunista originário da célula baiana responsável pela propagação do ideário comunista no período do Estado Novo. Logo nas primeiras páginas de sua obra de maior vulto para a compreensão dos problemas brasileiros, Facó se pergunta se o preconceito racial existe no país. Ao que ele responde, em um esboço bastante original de abordagem da questão para a época:

Legalmente, constitucionalmente [brancos e homens de cor] têm os mesmos direitos e oportunidades. Na prática, o negro, os mulattos encontram no Brasil numerosas limitações. É impossível dizer onde estas são impostas por motivos de ordem racial ou de classe. Porque a quase totalidade da população negra do Brasil pertence às camadas proletárias ou semiproletárias (FACÓ, 1960, p. 23-4).

Na avaliação de Facó, a origem desta situação não estava, contrariamente ao que preconizava Sodré e a visão oficial do partido, em restos feudais ou no imperialismo ianque, mas sim nas contradições ligadas ao desenvolvimento do capitalismo no país:

Este desenvolvimento vem aumentar a distância social entre a parcela branca e rica da população e a parcela colorida e pobre. (...) E como o próprio desenvolvimento capitalista favorecerá também a ascensão social de uma parte da população de cor, é provável que esta vá encontrando cada vez maiores obstáculos em seu caminho: nos estabelecimentos de ensino, nas repartições públicas, nos empregos em geral. Quer dizer, o crescimento das barreiras

de classe pode determinar um aguçamento do preconceito racial embrionário em alguns setores (FACÓ, 1960, p. 23-4).

Esta visão se distancia sensivelmente da análise comunista do racismo predominante no pós-Segunda Guerra, marcada pela associação do problema racial às estruturas arcaicas de nossa economia. No entanto, é importante ressaltar que se trata apenas de um pequeno trecho, na introdução de uma obra extensa sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, sem qualquer pretensão de dar à questão racial um tratamento mais aprofundado, como o tinham feito Prado Jr. e Sodré, nos capítulos que dedicaram ao tema em diferentes momentos de sua contribuição teórica ao PCB.

6. Conclusões

Se Sodré, por um lado, se distancia da visão por vezes estereotipada e mecânica das relações raciais de Prado Jr., ele não é capaz, por outro lado, de descrever com profundidade as implicações sistêmicas do racismo na economia brasileira. Esta limitação com que se depara Sodré está presente, com maior ou menor intensidade, em todos os autores comunistas brasileiros que se debruçaram sobre a questão racial. Limitação que é própria às características epistemológicas do modelo do PCB para avaliar a realidade brasileira, segundo o qual a transição para o sistema capitalista estaria ainda em andamento à época. De acordo com esta concepção etapista da evolução econômica dos países, o Brasil se encontraria em um estágio semifeudal, no qual predominavam estruturas sociais, políticas e econômicas que entravavam o pleno desenvolvimento das forças produtivas. A análise pecebista da questão racial enquadrava-se nesta visão, na medida em que o racismo era entendido como uma mera reminiscência de uma estrutura social arcaica, originária da escravidão, da “ideologia do colonialismo”, que impedia a ascensão social do negro, mantendo-os como servos no campo, e cuja solução passava pela superação

do modo de produção semifeudal que criava e reproduzia a classificação racial de indivíduos.

Era, ademais, improvável que autores comunistas considerassem a opressão racial como um mecanismo de exploração econômica dos trabalhadores negros pela classe dominante, já que um segmento desta classe – a burguesia nacional – era vista como um ator central das mudanças necessárias para superar a fase feudal em que se encontrava a economia do país. Mesmo que a tese da exploração econômica para o conjunto de trabalhadores fosse parte da retórica comunista do período²², a aliança de classes foi o elemento teórico fundamental que norteou a articulação que se fazia entre raça e classe entre os teóricos do partido.

Prova de que uma revisão crítica do modelo teórico pecebilista poderia gerar uma apreciação distinta do problema racial é a análise que realiza Basbaum, em texto que anuncia seu rompimento definitivo com o PCB. Nele, o autor considera, diferentemente da linha oficial do partido, que a predominância de estruturas feudais na economia brasileira havia sido uma realidade apenas até 1930 quando, a partir de então, o país teria entrado em um processo de industrialização e de financeirização da economia. Isto lhe permite esboçar um outro tipo de argumentação para explicar a situação subordinada dos negros, que o autor associa ao processo de acumulação de capital em curso no país após a abolição da escravidão (BASBAUM, 1958, p. 203-4).

Contudo, é somente com as críticas, em 1965, de Prado Jr., que o modelo comunista de interpretação da economia brasileira encerraria definitivamente seu período de hegemonia no pensamento marxista nacional. Nesta obra, o autor lista uma série de equívocos no modelo teórico adotado pelos autores comunistas, dentre as quais a visão sem fundamento de se considerar o camponês como figura predominante no campo, e, principalmente, a insistência em caracterizar o modo de produção no Brasil como

22 E, em certa medida, da prática também, se consideramos o histórico de conflitos com o capital nacional entre 1945 e 1964, liderados pelos sindicatos comunistas. Ver Santana (2001).

semifeudal (PRADO JR., 1972 [1966], p. 25). Aqui o autor reconhece, nas entrelinhas de sua crítica interna à linha do partido, que, contrariamente do que se supunha, o capital se apóia e se fortalece graças às imensas desigualdades e “arcaísmos” herdados dos tempos do colonialismo e da escravidão:

Era o que já se anunciava, nas entrelinhas da crítica interna de Caio Prado Jr. ao PCB, ao reconhecer que:

[A] abolição [da escravatura] não eliminou desde logo, pelo menos em alguns lugares, acentuados traços escravistas que permaneceram de fato à margem do regime legal de trabalho livre. Mas essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos semifeudais”), longe de constituírem obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favorável, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalho, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista. (...) É assim errado (...) supor que tais remanescentes escravistas poderão ser eliminados, e eliminadas com isso algumas formas mais brutais de exploração do trabalho, pelo simples progresso e maior difusão das relações capitalistas de trabalho e produção” (PRADO JR., 1972[1966], p. 25).

É, portanto, a partir da superação deste modelo teórico inadequado para analisar a realidade nacional – inclusive a questão racial, como se viu –, que se desenvolverá por fim uma crítica mais pertinente do racismo no país.

Primeira versão recebida em: 20/04/2010

Versão final recebida em: 11/03/2012

Bibliografia

BASBAUM, L., **História sincera da República: de 1889 a 1930**, São Paulo: Livraria São José, 1958.

BASTIDE, R., FERNANDES F., **Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BASTOS, L., Para onde vai a afrologia?, **O Clarim d'Alvorada**, n. 1, 3ª fase, 28/09/1940.

BASTOS, L., Para onde vai a afrologia, **Seiva**. Ano I, n. 4, 13/05/ 1939.

BIELSHOWSKY, R., **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. São Paulo: Contraponto, 2000 [1988].

BRANDÃO, O., **Correspondência ao Partido Comunista Brasileiro**. Moscou, 23/10/1931.

BUREAU SUL-AMERICANO DA IC, **A situação brasileira e as tarefas do P.C.B.**, Buenos Aires, 17/03/1934.

CARNEIRO, E., Situação do negro no Brasil, **I Congresso Afro-brasileiro – Recife 1934**. Recife: Editora Massangana, 1988 [1935].

CARONE, E., **O P.C.B. (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982.

CHADAREVIAN, P. C., Os precursores da interpretação marxista do problema racial, **Crítica Marxista**, n. 24, 2008.

CORTEZ, V., A fase atual da Frente Unida Nacional das revoluções da América Latina. In: DE OLIVEIRA, M. A. G., **O Comintern e a Aliança Nacional Libertadora**. Recife: Edições Bagaço, 1996.

COSTA PINTO, L. A., **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

DO NASCIMENTO, A., DO NASCIMENTO, E. L., “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997”. In: GUIMARÃES, A. S.; HUNTLEY, L., **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DULLES, J. W. F., **Brazilian communism 1935-1945**, Austin: University of Texas Press, 1983.

FACÓ, R. , **Brasil Século XX**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960.

FALCÃO, J. C., **O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)**. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

FERNANDES, F., **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus editora, 1965.

FREYRE, G., **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003 [1933].

GÓES, F., Racismo ridículo, *Seiva*. Ano I, n. 4, 13/05/ 1939.

GORENDER, J., O verdadeiro caráter dos partidos das classes dominantes, *Problemas*, n. 11, jun-1948.

GORENDER, J., **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

IANNI, O. *et al.*, **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

MACHADO, A., **A caminho da revolução operaria e camponesa**. Rio de Janeiro: Editora Calvino Filho, 1934.

MAESTRI, M., Filhos de Cam, filhos do cão: o trabalhador escravizado na historiografia brasileira. *In*: ALMEIDA, L. S., **O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura**, Maceió: EdUFAL, 2003.

MANTEGA, G., **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MANTEGA, G., Marxismo na economia brasileira. *In*: REIS FILHO, D. A. *et al.*, **História do marxismo no Brasil I: o impacto das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARIÁTEGUI, J. C., **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Biblioteca Amauta, 2002 [1928].

MAYER, F., Agrarismo e Industrialismo, *in*: Carone, E., **O P.C.B. (1922-1943)**, São Paulo: Difel, 1982.

MOURA, C., **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 [1959].

NOGUEIRA, A., **Escravos e trabalhadores livres do Nordeste bahiano**, **Seiva**. Ano I, n. 4, 13/05/ 1939.

NOGUEIRA, O., **Preconceito de marca: relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998 [1951].

O CLARIM D'ALVORADA, **Tumultuada assemblea de negros**. Ano I, n. 9, São Paulo, 21/10/1928.

O MOMENTO. DIÁRIO DO POVO, **A abolição foi uma conquista dos negros oprimidos**. Salvador, 14/05/1948.

O MOMENTO. DIÁRIO DO POVO, **A libertação dos escravos**. Salvador, 13/05/1948.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, **Manifesto da Primeira Conferência Nacional**. Rio de Janeiro, 1934.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, **Rapport sur la situation du Brésil au VI Congrès**. Moscou, 1928.

PARTIDO COMUNISTA DE COLOMBIA, **Treinta años de lucha del Partido Comunista de Colombia**. Bogotá: Ediciones Los Comuneros, 1960.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, **Correspondência de Octávio Brandão**. 01/10/1923.

PRADO JR., C., **A revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972 [1966].

PRADO JR., C., **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992 [1942].

PRADO JR., C., **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959 [1945].

PRESTES, L. C., Aliança Nacional Libertadora, *A Platéia*. 06/07/1935.

RAMOS, J. A., **Partido Comunista en la política argentina: su historia y su crítica**. Buenos Aires: Coyoacan, 1962.

RODRIGUES, L. M., O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (Org.), **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**, São Paulo: Difel, 1981.

SANTANA, M. A., **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SECCIÓN SURAMERICANA DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, **El movimiento revolucionario latino-americano**, Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, 1929.

SECRETARIADO POLÍTICO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, Resolution on the Brazilian question, **Protokoll**, n. 75, Moscou, 18/02/1930.

SENA JÚNIOR, C. Z. F. de, Mensagem aos povos da América. Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista Seiva (1938-1943), **Simpósio da ANPUH**. Londrina, 2005.

SERNAT, P., **El problema negro en Cuba y su solución definitiva**. Havana: Editora Política, 1986.

SILVA, Abaeté, Contribución al estudio de los problemas de raza, *La correspondencia sudamericana*, n. 22, 01/12/1929.

SOCORRO VERMELHO DO BRASIL, **Chamado do Socorro Vermelho aos trabalhadores negros e às massas populares**. Rio de Janeiro, sd [c. 1934].

SODRÉ, N. W., **Formação histórica do Brasil**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1964[1962].

SODRÉ, N. W., **História da burguesia brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

SODRÉ, N. W., **Introdução à revolução brasileira**, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1958.

SODRÉ, N. W., **Quem é o povo no Brasil?**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

Abstract

Race, class and revolution in the Brazilian Communist Party (1922-1964)

The Brazilian Communist Party (PCB) participated decisively on the economic and social debate in Brazil from its foundation in 1922 till 1964. This paper brings to light a scarcely known aspect of its history: its contribution to the analysis of racism in the country. Two radically opposed periods concerning the communist approach to the issue shall be distinguished. Initially, in the 1930's, the PCB denied the existence of a racial question in Brazil. This standpoint resulted in severe critics from Moscow. From then on, the party produced a critical appraisal of racism, despite the limits that its marxist-leninist approach of the economy implied.

Keywords: brazilian communism, racial issue, Brazilian economic and social thought.